

ATA NÚMERO 38/XV/1.ª SL

Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro de 2023, pelas 15:00 horas, reuniu-se a Comissão de Educação e Ciência, na sala 3 do Palácio de S. Bento, na presença das Senhoras e dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças, que faz parte integrante desta ata, com a seguinte ordem do dia:

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

2. Audiência ao Conselho Permanente do Conselho das Comunidades Portuguesas sobre as políticas de língua e educativa destinadas aos lusodescendentes em contexto diaspórico

3. Audiência ao Movimento Cidadão Diferente para apresentarem as preocupações com a Escola Inclusiva, abordando o [Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho](#), os Centros de Apoio à Aprendizagem, os Centros de Recursos para a Inclusão e a Intervenção Precoce

4. Audiência à HUMANITAS – Federação Portuguesa para a Deficiência Mental, para abordar a situação dos CRI – Centros de Recursos para a Inclusão e outras questões relacionadas com o presente e futuro da Educação Inclusiva

5. Aprovação de ata

- Reunião da Comissão de 22 de fevereiro

6. Comunicações do Presidente

6.1. Informação sobre baixa e distribuição de iniciativas

i. Projetos de Resolução – especialidade

- [Projeto de Resolução n.º 456/XV/1.ª \(PSD\)](#) – Pelo reforço da eficácia, duração e financiamento das medidas de recuperação de aprendizagens desenvolvidas de modo autónomo pelas escolas públicas

- [Projeto de Resolução n.º 495/XV/1.ª \(IL\)](#) – Pelo reforço, monitorização e prolongamento do Plano 21|23 Escolas + e diagnóstico das perdas das aprendizagens
7. Discussão do [Projeto de Resolução n.º 413/XV/1.ª \(PAN\)](#) – Recomenda ao Governo que aprove uma Estratégia Nacional de Educação Ambiental 2030
 8. Discussão do [Projeto de Resolução n.º 439/XV/1.ª \(PSD\)](#) – Rever a Estratégia Nacional de Educação Ambiental e criar núcleos de atividades em todos os agrupamentos escolares
 9. Discussão e votação do requerimento apresentado pelo GP do PSD para audição conjunta com a Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão do Ministro da Educação e da Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social sobre a concretização do Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de março
 10. Discussão e votação do requerimento apresentado pelo GP da IL para audição conjunta na Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão e na Comissão de Educação e Ciência do Ministro da Educação e da Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, sobre a concretização do Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de março
 11. Discussão do [Projeto de Resolução n.º 476/XV/1.ª \(L\)](#) – Recomenda ao Governo a abolição de taxas de admissão a provas académicas
 12. Outros assuntos
 13. Data das próximas reuniões
-

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

Senhor Deputado Tiago Estevão Martins (PS) pediu o adiamento do ponto 11 da OD e o Senhor Deputado Gabriel Mithá Ribeiro (CH) pediu o adiamento dos pontos 7 e 8.

A proposta de Ordem do Dia, com estas alterações, foi aprovada por unanimidade pelos Deputados do PS, do PSD, do CH e do PCP verificando-se a ausência do BE.

2. Audiência ao Conselho Permanente do Conselho das Comunidades Portuguesas sobre as políticas de língua e educativa destinadas aos lusodescendentes em contexto diaspórico

A Senhora Vice-Presidente da Comissão, Deputada Germana Rocha, que presidiu à reunião da Comissão, deu as boas-vindas aos membros do Conselho, recordando a grelha de tempos da audição.

A delegação do Conselho referiu o seguinte, em síntese:

1. Os dois propósitos da audiência são analisar de forma crítica o projeto de resolução do PS sobre o Ensino do Português no Estrangeiro (EPE)¹ e fazer uma análise e uma reflexão sobre a necessidade de salvar a língua portuguesa na matriz identitária dos jovens dos portugueses lusodescendentes e não residentes;
2. É necessário saber distinguir as políticas orientadas para a estratégia global para a internacionalização da língua portuguesa, das políticas dirigidas às crianças e jovens lusodescendentes no quadro do EPE, em contexto diaspórico;
3. Não deve ser confundido assimilação cultural com integração culturalmente diferenciada e deixar de colaborar com os países de acolhimento, como tem acontecido, na assimilação linguística e cultural dos lusodescendentes;
4. A adoção do QECRL (Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas) veio obrigar os lusodescendentes a que no processo de ensino aprendam Português como Língua de Herança (PLH) como sinónimo de Língua Estrangeira (PLE), o que veio «estrangeirar» as crianças e jovens portugueses, sobretudo, na modalidade do ensino integrado onde a maioria dos alunos são estrangeiros;
5. No ensino paralelo a organização dos ambientes de aprendizagem são pouco propícios a qualquer êxito, com turmas compostas por vários alunos de diferentes faixas etárias e níveis de proficiência linguísticas.

¹ Projeto de Resolução n.º 290/XV/1 (PS) – [Recomenda ao Governo que reforce o Ensino de Português no Estrangeiro nas suas diferentes dimensões e intensifique o uso das tecnologias digitais para o tornar mais atrativo, interativo e ajustado ao perfil dos alunos.](#)

Intervieram depois os Senhores Deputados Paulo Pisco (PS), Dinis Ramos (PSD), Gabriel Mithá Ribeiro (CH) e Alfredo Maia (PCP) que pediram esclarecimentos e se pronunciaram sobre a matéria.

Na sequência das questões e observações expressas pelos Senhores Deputados, os representantes do Conselho referiram o seguinte, em síntese:

1. A reflexão deveria centrar-se nos objetivos aqui introduzidos: O que é uma língua e para que serve em contextos migratórios; será importante uma língua ser preservada e desenvolvida no sentido de continuar viva; o que se pode fazer para fortalecer uma língua em contexto diaspórico visando a sua vitalidade e, sobretudo, o seu legado intergeracional;
2. A aprendizagem de uma língua num legado internacional não se restringe como sendo um sistema de regras, mas sobretudo como se molda uma pertença, uma identidade ou uma bipertença, especialmente nos países onde o português é a segunda língua oficial, requer políticas e estratégias diferentes;
3. Os professores estão a ensinar Português como língua estrangeira, no âmbito do QECRL, com formação insuficiente;
4. Deveria existir um documento identificador das políticas de língua.

A gravação da audição está disponível na [página da Comissão](#), pelo que se dispensa maior desenvolvimento na ata.

3. Audiência ao Movimento Cidadão Diferente para apresentarem as preocupações com a Escola Inclusiva, abordando o [Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho](#), os Centros de Apoio à Aprendizagem, os Centros de Recursos para a Inclusão e a Intervenção Precoce

A Senhora Vice-Presidente da Comissão, Deputada Germana Rocha, que presidiu à reunião da Comissão, deu as boas-vindas aos membros do Movimento, recordando a grelha de tempos da audição.

A delegação do Movimento referiu o seguinte, em síntese:

1. O [Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho](#), que estabelece o regime jurídico da educação inclusiva, está bem estruturado e é inclusivo, mas não está a ser aplicado corretamente, o que gera exclusão e cada agrupamento de escolas aplica-o de forma diferente, pelo que pedem um estudo sobre o mesmo, tendo em vista a melhoria das aprendizagens das crianças e uniformidade na aplicação, entendendo que não se justifica que haja diversidade de critérios nas várias escolas;
2. Pedem a aplicação das medidas universais, seletivas e adicionais e não concordam com uma intervenção mínima, solicitando antes que seja assertiva e o mais precoce possível, para melhores resultados;
3. Defendem que deve haver apoio logo no fim do pré-escolar e no 1.º ciclo, em sala de aula, com o professor titular e, se necessário, com um professor de educação especial e o aluno não deve avançar o seu percurso sem as aprendizagens mínimas;
4. Entendem que o apoio dos professores do ensino especial é insuficiente, sendo que muitas vezes é só 1 ou 2 vezes por semana, por 30m;
5. Defendem que deve haver participação ativa dos terapeutas e médicos nos relatórios técnico pedagógicos e estes deviam ser analisados ao fim de cada semestre e sujeitos às adaptações que se tornem necessárias;
6. Na formação académica dos professores há necessidade de incluir uma cadeira sobre o ensino adequado para pessoas diferentes;
7. O ensino das crianças deve potenciar a sua formação e autonomia, tendo em vista a inserção no mercado de trabalho;
8. A participação dos encarregados de educação e profissionais exteriores deve ser mais ativa, para cruzamento de sinergias e atentas as alterações introduzidas pela pandemia, muitos pais estão menos presentes e participativos;
9. Os Centros de Apoio à Aprendizagem (CAA) têm uma cobertura escassa, estão sobrelotados e não têm capacidade para darem resposta suficiente;
10. Em relação aos Centros de Recursos para a Inclusão (CRI), realçam que se verifica um crescimento no número de alunos e os contratos com as instituições não são revistos há mais de cinco anos, sendo atribuído o mesmo montante para mais alunos, pelo que os apoios são insuficientes;
11. Quanto à intervenção precoce, verifica-se sobrelotação e insuficiência de resposta;
12. Muitos alunos do pré-primário estão sinalizados, mas sem apoio, sendo este atribuído apenas às situações mais urgentes;

13. Verifica-se falta de recursos e o diploma legal é bom, mas um bocado ambíguo, originando respostas diversificadas, às vezes dentro dum mesmo município.

Intervieram depois os Senhores Deputados Pompeu Martins (PS), Carla Madureira (PSD), Gabriel Mithá Ribeiro (CH), Carla Castro (IL) e Alfredo Maia (PCP) que pediram esclarecimentos e se pronunciaram sobre a matéria.

Na sequência das questões e observações expressas pelos Senhores Deputados, os representantes do Movimento referiram o seguinte, em síntese:

1. Estas crianças requerem um cuidado extra e a própria sociedade e comunidade não são inclusivas e estabelecem barreiras, pelo que se exige uma intervenção no âmbito destas;
2. Há boas práticas de inclusão em alguns municípios, com articulação de todos os agentes, que deviam ser replicadas e era importante que cada município tivesse uma estratégia municipal para a inclusão e um quadro de recrutamento de assistentes operacionais especializados;
3. O Movimento não conseguiu falar com o Ministro da Educação, mas falou com a Direção Geral de Educação e com o Secretário de Estado;
4. Entendem que têm de se reorganizar os recursos, dar orientações aos agrupamentos de escolas e municípios, adotar uma estratégia municipal para a deficiência articulada com a nacional, para rentabilização dos recursos existentes e reforço dos que forem necessários;
5. O facto de os contratos com os CRI serem revistos anualmente (quando de início foram celebrados por 3 anos) provoca precariedade dos técnicos contratados, hipótese de mudança anual e falta de continuidade dos apoios, pelo que propõem que os apoios sejam contratados por ciclo escolar.
6. Os CAA no secundário são escassos e não disponibilizam apoio a todos os alunos que necessitam dele, o que tem como consequência que muitos alunos fiquem retidos no 3.º ciclo.

A gravação da audição está disponível na [página da Comissão](#), pelo que se dispensa maior desenvolvimento na ata.

4. Audiência à HUMANITAS – Federação Portuguesa para a Deficiência Mental, para abordar a situação dos CRI – Centros de Recursos para a Inclusão e outras questões relacionadas com o presente e futuro da Educação Inclusiva – 16h30 – Confirmada

A Senhora Vice-Presidente da Comissão, Deputada Germana Rocha, que presidiu à reunião da Comissão, deu as boas-vindas aos membros da HUMANITAS, recordando a grelha de tempos da audição.

A delegação da HUMANITAS referiu o seguinte, em síntese:

1. Portugal está incluído no relatório da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) sobre a educação inclusiva, apresentado em março de 2022, o qual concluiu que o país tem uma legislação muito avançada, mas há falhas na implementação que urge colmatar e apontou 3 prioridades, a saber, a necessidade de aumentar os recursos financeiros, a inadequação da preparação inicial dos professores para a este tipo de educação, bem como a carência da formação contínua para a diversidade e a necessidade de adoção de critérios universais de ação, que diluam a diversidade de apoios;
2. A HUMANITAS realça que todas estas prioridades são sentidas diariamente nos CRI;
3. Os esforços que têm sido desenvolvidos pelo Ministério da Educação para uma escola inclusiva são insuficientes, reduzindo-se a medidas pontuais e aleatórias;
4. O [Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho](#), que estabelece o regime jurídico da educação inclusiva, prevê apoios especializados e equipas com objetivos definidos;
5. Na prática há indefinição do Ministério da Educação em relação ao enquadramento dos CRI nas escolas, enquanto as instituições que têm equipas necessitam de ter estratégias de atuação e gestão, tendo por base as necessidades dos agrupamentos de escolas;
6. Há uma contradição entre o que prevê o citado diploma e a prática das escolas e a HUMANITAS ouviu muitos técnicos das associações que a compõem e conclui que se verificam falhas e um retrocesso no apoio aos alunos com

- necessidades educativas especiais na escola pública, o que leva a que muitas famílias procurem escolas especiais;
7. Os CRI têm dificuldade de contratar técnicos, dado que os contratos com o Ministério da Educação são anuais, o que gera a precariedade dos recursos humanos (com contratação e despedimento anual) e não permite a continuidade nos apoios;
 8. Por outro lado, os valores dos contratos com os CRI não têm alterações há mais de sete anos;
 9. De 2010 a 2018, o número de crianças com deficiência cresceu cerca de 60% e o valor respeitante aos recursos humanos de apoio aumentou cerca de 8%;
 10. Congratulam-se que o Ministério tenha criado um grupo de trabalho para equacionar o financiamento, mas as decisões demoram;
 11. Não tiveram resposta do Ministro da Educação e do Secretário de Estado em relação a dois pedidos de audiência de todas as federações do setor.

Intervieram depois os Senhores Deputados Maria João Castro (PS), Carla Madureira (PSD), Gabriel Mithá Ribeiro (CH), Carla Castro (IL) e Alfredo Maia (PCP) que pediram esclarecimentos e se pronunciaram sobre a matéria.

Na sequência das questões e observações expressas pelos Senhores Deputados, os representantes da Federação referiram o seguinte, em síntese:

1. Atualmente, na prática, só em setembro recebem indicações sobre o financiamento, reúnem com o agrupamento (que tem uma verba fixa atribuída pelo Ministério) e nesse momento é que os CRI vão tratar da contratação dos recursos humanos (que é anual, o que origina a precariedade destes e a falta de continuidade dos apoios) e da elaboração dos planos de ação em conjunto com a escola;
2. Não conhecem os critérios de financiamento e o respetivo valor não tem alterações há 7 anos;
3. Muitas vezes, a decisão em relação aos alunos a abranger é das escolas e não dos CRI (não há uma parceria com os CRI para essa decisão) e o financiamento é igual ao dos anos anteriores;

4. A situação é mais difícil no interior e nas zonas rurais, no caso em que os técnicos têm despesas de deslocação e o agrupamento fica com os apoios apenas para a escola principal;
5. Há boas práticas nalguns casos (nomeadamente na articulação entre os vários intervenientes no processo) e estão disponíveis para as discutir;
6. Muitas vezes os pais solicitam apoios terapêuticos e quando não são suficientes, não há apoio para os CRI e recorre-se a um subsídio da Segurança Social, passando a haver apoios *ad hoc*;
7. O Ministério da Educação nunca dialogou muito com a HUMANITAS e as associações e há uma comissão de acompanhamento dos CRI, mas não tem funcionado, nem há partilha de práticas;
8. Há muitas situações de crianças com necessidades de saúde graves, que só têm resposta em escolas especiais, sendo aplicada uma portaria de 1997, retrocedendo-se em relação ao regime de 2018.

A gravação da audição está disponível na [página da Comissão](#), pelo que se dispensa maior desenvolvimento na ata.

5. Aprovação de ata

A ata da reunião da Comissão de 22 de fevereiro de 2023 foi aprovada por unanimidade pelos Deputados do PS, do PSD, do CH, da IL e do PCP, verificando-se a ausência do BE.

6. Comunicações do Presidente

6.1. Informação sobre baixa e distribuição de iniciativas

i. Projetos de Resolução – especialidade

A Senhora Vice-Presidente da Comissão informou que tinham baixado na especialidade o [Projeto de Resolução n.º 456/XV/1.ª \(PSD\)](#) – Pelo reforço da eficácia, duração e financiamento das medidas de recuperação de aprendizagens desenvolvidas de modo autónomo pelas escolas públicas e o [Projeto de Resolução n.º 495/XV/1.ª \(IL\)](#) – Pelo reforço, monitorização e prolongamento do Plano 21|23 Escolas + e diagnóstico das

perdas das aprendizagens, que tinham sido discutidos e aprovados na generalidade em 22/2/2023, e apresentou a seguinte proposta de tramitação na especialidade:

- Apresentação de propostas de alteração até 3/3/2023
- Distribuição de mapa comparativo em 6/3/2023
- Discussão e votação na especialidade em 14/3/2023

A proposta foi aprovada por unanimidade pelos Deputados do PS, do PSD, do CH, da IL e do PCP, verificando-se a ausência do BE.

7. Discussão do [Projeto de Resolução n.º 413/XV/1.ª \(PAN\)](#) – Recomenda ao Governo que aprove uma Estratégia Nacional de Educação Ambiental 2030

Adiado, a pedido do Grupo Parlamentar do CH.

8. Discussão do [Projeto de Resolução n.º 439/XV/1.ª \(PSD\)](#) – Rever a Estratégia Nacional de Educação Ambiental e criar núcleos de atividades em todos os agrupamentos escolares

Adiado, a pedido do Grupo Parlamentar do CH.

9. Discussão e votação do requerimento apresentado pelo GP do PSD para audição conjunta com a Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão do Ministro da Educação e da Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social sobre a concretização do Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de março

No âmbito da apresentação do requerimento, a Senhora Deputada Carla Madureira (PSD) referiu que depois das audiências ao Movimento Cidadão Diferente e à HUMANITAS – Federação Portuguesa para a Deficiência Mental ficou reforçada a necessidade da audição, dada a diferença entre o regime legal que está em vigor e a sua aplicação no terreno, a inércia do Governo e a grande preocupação das famílias em relação às pessoas com deficiência. Realçou que há necessidade de perceber qual a estratégia do Governo, salientando que há falta de resposta em relação aos CRI e necessidade de conhecer a resposta da Segurança Social, verificando-se que há muitas

famílias sem apoios e com atraso nos mesmos, o que justifica a audição dos dois membros do Governo responsáveis.

A Senhora Deputada Carla Castro (IL), no âmbito da apresentação do requerimento do respetivo Grupo Parlamentar (ponto 10 da ordem do dia), referiu que as audiências feitas na reunião da Comissão realçaram a dissonância entre o regime legal vigente e a prática e embora haja indicação de que há um esforço de articulação, o mesmo é insuficiente, realçando que não se pode olhar para o lado, particularmente porque se trata da população mais vulnerável, pelo que é essencial a audição conjunta com carácter de urgência.

O Senhor Deputado Tiago Estevão Martins (PS) clarificou se a audição seria feita conjuntamente pela Comissão de Educação e Ciência e pela Comissão do Trabalho, Segurança Social e Inclusão, e se em vez da Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social podia ser ouvida a Secretária de Estado da Inclusão, que tem competências delegadas em relação à matéria em apreciação, tendo havido acordo dos autores dos requerimentos (que não suscitou oposição dos restantes Grupos Parlamentares) em relação aos dois pontos.

O Senhor Deputado Alfredo Maia (PCP) realçou a importância dos testemunhos do Movimento Cidadão Diferente e da HUMANITAS – Federação Portuguesa para a Deficiência Mental e informou que votaria a favor dos requerimentos.

Na sequência do debate respeitante aos requerimentos do PSD e da IL, foi deliberado que a Comissão de Educação e Ciência e a Comissão do Trabalho, Segurança Social e Inclusão farão conjuntamente a audição do Ministro da Educação e da Secretária de Estado da Inclusão, em audição também conjunta dos dois membros do Governo. A deliberação foi aprovada com os votos a favor dos Deputados do PSD, CH, IL e PCP e a abstenção do PS, registando-se a ausência dos Deputados do BE.

10. Discussão e votação do requerimento apresentado pelo GP da IL para audição conjunta na Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão e na Comissão de Educação e Ciência do Ministro da Educação e da Ministra do Trabalho,

Solidariedade e Segurança Social, sobre a concretização do Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de março

A discussão, votação e aprovação deste requerimento foi feita conjuntamente com o do PSD, conforme consta no ponto 9.

11. Discussão do [Projeto de Resolução n.º 476/XV/1.ª \(L\)](#) – Recomenda ao Governo a abolição de taxas de admissão a provas académicas

Adiado, a pedido do Grupo Parlamentar do PS.

12. Outros assuntos

Não se registaram outros assuntos.

13. Data das próximas reuniões

Foi deliberado, por consenso dos Senhores Deputados, aceitar as datas propostas nos seguintes termos:

- 7 de março de 2023 – 15h00 – Audição da Ministra da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, por requerimento da IL e regimental
- 14 de março de 2023 – 15h00
- 21 de março de 2023 – 15h00
- 29 de março de 2023 – 10h00

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 17h38, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 28 de fevereiro de 2023.

A VICE-PRESIDENTE DA COMISSÃO,



(Germana Rocha)



Comissão de Educação e Ciência

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Agostinho Santa (PS)
Ana Isabel Santos (PS)
Bruno Aragão (PS)
Catarina Lobo (PS)
Eduardo Alves (PS)
Fernando José (PS)
Palmira Maciel (PS)
Rosa Venâncio (PS)
Tiago Estevão Martins (PS)
António Cunha (PSD)
Germana Rocha (PSD)
Inês Barroso (PSD)
Maria Emília Apolinário (PSD)
Rui Cruz (PSD)
Gabriel Mithá Ribeiro (CH)
Carla Castro (IL)
Alfredo Maia (PCP)
Maria João Castro (PS)
Pompeu Martins (PS)
António Topa Gomes (PSD)
Gabriela Fonseca (PSD)
Rosina Ribeiro Pereira (PSD)
Cristina Sousa (PS)
Marlene Teixeira (PS)
Nathalie Oliveira (PS)
Paulo Pisco (PS)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Porfírio Silva (PS)
Joana Barata Lopes (PSD)

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Lúcia Araújo Da Silva (PS)
Cláudia André (PSD)
Sónia Ramos (PSD)
Joana Mortágua (BE)